

PROPOSTAS ELABORADAS NA 1ª CONFERÊNCIA REGIONAL DO MEIO AMBIENTE -CBH-TG e CBH-SJD

EIXO 01 – Produção e consumo sustentáveis

- 1. Criar norma legal impondo as empresas a implantação de logística reversa dos produtos e disponibilizar a cada local de venda um ponto de coleta e criar diretrizes que orientem a logística reversa e contemplam acordo setorial;*
- 2. Emissão de alvarás (comercial/industrial) somente com projeto de sustentabilidade;*
- 3. Colocar em prática a legislação da logística reversa para fabricantes e distribuidoras;*
- 4. Programa do governo para a destinação de recursos para a criação de coleta seletiva em todos os municípios;*
- 5. Ampliar e incentivar a produção de materiais biodegradáveis;*
6. Incentivo do governo a pesquisa científica voltada para tratamento de resíduos que ainda não possuam reaproveitamento;
7. Padronização dos tipos de materiais usados em embalagens diversas facilitando a segregação e reciclagem, bem como diminuindo custos dos processos de reciclagem;
8. Desburocratização dos procedimentos de licenças para produção e/ou execução de novas tecnologias;
9. Incentivo fiscal as empresas que produzem produtos recicláveis, estimulando a baixa do valor ao mercado consumidor;
10. Incentivos fiscais para produtos retornáveis;
11. Criar um programa nacional onde possa remunerar as iniciativas de logística reversa para eliminar o descarte de resíduos sem valor comercial no meio ambiente;
12. Estabelecer um prazo máximo para os carros apreendidos ficarem nos pátios, e também os carros abandonados em vias públicas e após o vencimento ser destinado prioritariamente às cooperativas ou entidades congêneres legalizadas, pois ficam contaminando o solo devido a ferrugem e vazamentos que vêm com o tempo;
13. Projetos sustentáveis desde a concepção de cada produto;
14. Minimizar a produção de energia elétrica por fonte hidroelétrica, usando fontes alternativas; pois qualquer tipo de produção utiliza-se desse recurso natural;
15. Incentivos fiscais para produção nacional de placas solares de geração de energia; difundindo o uso em todo território nacional;
16. Implantar estratégias de compras coletivas;
17. Aumento nos incentivos revertidos a Educação Ambiental para desenvolvimento global sustentável;
18. Unificar o modelo de produção agrossilvopastoril criando um único padrão tanto para exportação quanto para consumo interno;
19. Criação de uma norma que institui somente o uso de garrafas retornáveis e sacolas de papel em estabelecimentos;
20. Norma legal e incentivo financeiro impondo que em todas as repartições públicas sejam realizadas calçadas ecológicas, caixa de reuso e canecas para funcionários evitando copo descartável;

EIXO 02 – Redução dos impactos ambientais

- 1. Legislação que obrigue Declaração Ambiental de Produto, impresso em rótulo, baseado na análise do ciclo de vida e orientado por norma (ISO 14.000);*
- 2. Cadastro e nomeação como “agentes ambientais de coleta de recicláveis” conhecidos hoje como catadores;*

3. *Criação de incentivos fiscais por meio de desconto no IPTU dos municípios como forma de incentivo à coleta seletiva e que o material gerado seja direcionado às associações e cooperativas de catadores;*
4. *Programa de Educação Ambiental e de Sustentabilidade desde o ensino fundamental para o consumo sustentável;*
5. *Reutilizar resíduos da construção civil em obras públicas e privadas;*
6. Criar incentivos para a pesquisa, desenvolvimento e utilização de tecnologias de impacto ambiental positivo;
7. Obrigatoriedade de instalação de usinas beneficiadoras de resíduos de construção civil nos municípios, de forma consorciada nos municípios de pequeno porte;
8. Considerar improbidade administrativa a destinação inadequada de cadáveres humanos e animais;
9. Incentivo financeiro do governo federal para as cooperativas de catadores;
10. Criar incentivos para organizações pesquisarem e assim gerar soluções para os resíduos através de isenção parcial de tributos para quem tratar os resíduos;
11. Devolução do produto eletrônico para desconto na compra de novos, incentivando o consumidor;
12. Formação de aterro sanitário consorciado entre municípios de pequeno porte através de incentivo;
13. Promover a otimização de embalagens com vistas à diminuição do impacto ambiental e geração de renda;
14. Que seja dado incentivo tributário ao fornecedor que participe da logística reversa;
15. Incentivar a coleta seletiva por meio de disputas entre bairros;
16. Utilizar conselhos municipais deliberativos para gestão dos resíduos;
17. Disponibilização de adubo orgânico formado por compostagem de resíduos da limpeza urbana e domiciliar destinado à doação aos municípios;
18. Instituir legislação federal de necessidade de declaração de resíduos gerados em órgãos públicos e privados;
19. Garantir a otimização da coleta de resíduos domiciliares com a conteneurização seletiva e aumento em número e melhor distribuição das lixeiras;
20. Estipular o limite de resíduos que as organizações possam gerar, de acordo com a produção e destinação dos resíduos;

EIXO 03- Geração de emprego, trabalho e renda

1. *Contratação do serviço da cooperativa pelo setor público que a remunera como empresa, fazendo com que a coleta seletiva seja reconhecida como um serviço de utilidade pública;*
2. *Realizar a coleta seletiva de forma mais humana, através do incentivo do setor público em proporcionar veículo (caminhão) para colaborar no ato de coletar possibilitando a ampliação da formação de cooperativas;*
3. *Criação de Eco-ponto para coleta de lixo seco e resíduo sólido domiciliar (reciclável);*
4. *Flexibilizar as legislações afim de incentivar a produção e comercialização dos produtos oriundos de reciclagem e da reutilização de resíduos;*
5. *Formalização da profissão de catador de materiais recicláveis;*
6. Dar estrutura na formação física e financeira nas cooperativas de catadores;
7. Programa para incentivar a atividade de educação ambiental, criando profissionais especializados em traduzir para a população em geral a importância da separação seletiva do lixo doméstico, e também para os coletores na realização das coletas seletivas;
8. Divulgação dos locais de entrega voluntária, informando os dias da coleta porta a porta, comunicando através dos talões de água, energia e na TV;
9. Maior envolvimento do setor privado, obrigando as empresas em destinar os resíduos sólidos às cooperativas e aos projetos de geração de renda deste segmento;

10. Os municípios devem criar e manter ecopontos setorizados com infra-estrutura adequada para servir de entreposto aos catadores organizados em cooperativas;
11. Incentivar os trabalhos artesanais feitos com os materiais recicláveis, através de cursos, capacitações e multiplicadores;
12. Instituir cadastramento de todas as empresas que trabalham com reciclagem , provendo divulgação ampla para toda sociedade incentivando coletas de materiais de forma seletiva;
13. Criação de Política de Estado para coleta seletiva que facilite a abertura e a manutenção de cooperativa de catadores;
14. Criação de um Fundo Municipal, Estadual ou Federal para financiar a incubação e estruturação das cooperativas de catadores;
15. Aprimorar e expandir os subsídios fiscais, tributários e de créditos para modernização e ampliação de todas as etapas dos processos de reciclagem, inclusive para aquisição de máquinas, equipamentos, áreas e afins;
16. Controlar o preço mínimo de garantia a nível regional do material reciclável. Tonelada por unidade;
17. Dar estrutura para financiar usinas de reciclagem de resíduos sólidos da construção civil;
18. Criação de cooperativa envolvendo todos os catadores para posterior reciclagem dos resíduos sólidos, incluindo pessoas que desenvolvam atividades com reciclagem;
19. Criar convênios para desenvolver treinamento de empreendedorismo voltado a associações ou cooperativas de catadores;
20. Promover incentivo fiscal para todas as empresas que trabalham com reciclagem , possibilitando, assim, a geração de novas empresas gerando empregos. Possibilitando, também, incentivo a comercialização de produtos recicláveis. (Empreendedorismo);

EIXO 04 – Educação Ambiental

1. *Educação Ambiental no Plano Escolar;*
2. *Capacitar professores, agentes comunitários e outros em parceria com poder público; formando agentes multiplicadores (Educação Ambiental formal e não formal);*
3. *Obrigatoriedade de desenvolver a EA como tema transversal na rede pública e privada de ensino;*
4. *Auxílio às Prefeituras com verbas públicas e privadas na criação de centros de reciclagem;*
5. *Criação de Comdema Mirim através de todas as Redes de Ensino (Pública e Privada);*
6. Criar parcerias governamentais entre instituições, associações e empresas para ações educativas ambientais à população sobre a destinação dos resíduos sólidos;
7. Empresas destinarem uma porcentagem do lucro para programas educativos e oferecercer descontos para consumidores que participarem da logística reversa;
8. Atentar aos 5Rs (setor público, empresários, sociedade civil e escolas);
9. Semanas do Meio Ambiente – apresentações dos resultados dos projetos de resíduos sólidos, comprometendo uma porcentagem dos recursos municipais para as questões e projetos ambientais;
10. Educação Ambiental formal e não formal voltadas a resíduos sólidos - Formação de consumidor consciente e responsável;
11. Aporte técnico para viabilização dos PNRS, PERS e PMRS;
12. Articular espaços de associações e pastorais para Educação Ambiental e divulgação do PNRS, PERS e PMRS;
13. Campanha em massa- conscientização ambiental com ênfase na coleta seletiva de resíduos sólidos;
14. Destinação total dos resíduos produzidos para a reciclagem – arrecadação revertida para instituição responsável por esta ação;

15. Escola e creches trabalhem através de representantes com diretrizes dos Planos de Resíduos Sólidos;
16. Conjunto do Público + Privado-na viabilização da logística do PMRS;
17. Parcerias com mídias disponíveis acessíveis para Educação Ambiental informal.

** As propostas que estão destacadas em azul, foram as priorizadas para a Etapa Estadual*